



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Unversitário Santo Agostinho

revistafsa

www4.fsnet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 16, n. 3, art. 10, p. 185-210, mai./jun. 2019

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2019.16.3.10>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



Leitura Mediada por Gêneros de Jornal Eletrônico e Sustentabilidade: Reflexões Iniciais

Reading Measured by Electronic Journal Genders and Sustainability: Initial Reflections

Janete Silva dos Santos

Doutora em Linguística Aplicada Universidade Estadual de Campinas

Docente da Universidade Federal do Tocantins

E-mail: janetesantos@uft.edu.br

André da Silva Santos

Mestre em Letras (Ensino de língua e Literatura) pela Universidade Federal do Tocantins

Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

E-mail: andre.santos@ifma.edu.br

Endereço: Janete Silva dos Santos

Endereço: Av. Paraguai (esquina com Rua Uxiramas) -
S/N, Setor Cimba.77824-838 - Araguaína, TO – Brasil.

Endereço: André da Silva Santos

Endereço: Av. JK, s/n, Santa Rita
65900-000 - Imperatriz, MA – Brasil.

**Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar
Rodrigues**

**Artigo recebido em 22/12/2018. Última versão
recebida em 14/01/2019. Aprovado em 15/01/2019.**

**Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).**

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

Neste ensaio, a partir de uma abordagem qualitativa, no viés do linguista aplicado, problematizamos a inserção do jornal eletrônico na escola, como possibilidade de ampliação do trabalho com a leitura, numa perspectiva funcional e dialógica (bakhtiniana), mobilizando reflexões que pontuam o funcionamento do jornalismo na sociedade, e pautas que discorrem sobre a sustentabilidade, ressaltando a natureza de gêneros textual-discursivos jornalísticos, com foco nos jornais eletrônicos, discutindo possibilidades de contribuição de gêneros desses jornais, em especial a notícia, para a sustentabilidade no ensino e na prática de leitura no âmbito escolar. Antes, porém, passaremos brevemente pelas dimensões econômica, ambiental e social do termo sustentabilidade e dos efeitos de tal discursivização. Não trazemos aqui análise de dados empíricos, fazendo apenas uma reflexão sobre aspectos conceituais que interessam ao processamento de pesquisa em andamento. Gêneros jornalísticos são constitutivos dos sujeitos, construindo-lhes realidades, pois informações geram opinião, afetando visão de mundo e identidade dos sujeitos.

Palavras-chave: Jornalismo Eletrônico. Sustentabilidade. Leitura.

ABSTRACT

In this essay, from a qualitative approach, on the applied linguist's line, we problematize the insertion of the electronic journal in the school, as a possibility to expand the work with reading, in the classroom and beyond, in a functional and dialogical perspective (bakhtiniana), mobilizing reflections that punctuate the workings of journalism in society and guidelines that discuss sustainability, aiming to highlight the nature of journalistic textual genres, focusing on electronic newspapers, in order to discuss possibilities of contributions of genres of these newspapers, especially the news, for sustainability in teaching and reading practice in schools. Before, however, we will briefly discuss the economic, environmental and social dimensions of the term sustainability and the effects of such discursivization. Here we do not bring empirical data analysis, only making a reflection on conceptual aspects that interest to the processing of research in progress. Journalistic genres are constitutive of subjects, constructing their realities, since information generates opinion, affecting the world view and identity of the subjects.

Keywords: Electronic Journalism. Sustainability. Reading.

1 INTRODUÇÃO

Neste texto, trazemos algumas reflexões sobre a imprensa como veículo de circulação de gêneros textual-discursivos na sociedade, com foco para o jornal eletrônico, procurando enfatizar os aspectos que podem favorecer consciência e prática de sustentabilidade, bem como meios de desenvolvimento de leitura a partir dos gêneros em discussão. Buscamos, assim, verificar possibilidades que sinalizem práticas sustentáveis de leitura (crítica) na sala de aula. Para tal fim, houve pesquisa bibliográfica que envolveu estudos a partir de vozes situadas no âmbito da comunicação social, da sustentabilidade, da linguística, da filosofia e da educação.

Com isso, nessa fase preliminar do estudo, refletimos sobre a natureza do discurso jornalístico, problematizando possibilidades de contribuição do jornal eletrônico para a sustentabilidade, assumindo posicionamento crítico sobre tal discursivização, afinando nosso olhar para a formação sustentável de leitores por meio de gêneros textuais jornalísticos. Nosso objetivo central e inicial é refletir sobre a leitura numa perspectiva dialógica bakhtiniana, tendo como foco, para futura aplicação da proposta aqui problematizada, alunos do ensino médio, da rede estadual de ensino, especificamente, de uma escola da cidade de Imperatriz-MA. O jornal eletrônico que pretendemos mobilizar para a fase prática da pesquisa é a versão eletrônica de dois jornais locais, nos quais muitos dos alunos-alvo já viram ou deles ouviram falar, delimitando o gênero notícia para essa futura experimentação.

Assim, este ensaio está dividido, além da introdução e das considerações finais, em cinco seções, a saber: (i) contextualizando nossa abordagem; (ii) Produção e circulação de gêneros textuais jornalísticos; (iii) O jornal na era da tecnologia; (iv) O apelo à sustentabilidade e o jornal eletrônico; (v) Educação sustentável e o ensino de leitura através do jornal eletrônico

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contextualizando Nossa Abordagem

Fazer estudos empíricos, documentais ou bibliográficos, no viés da linguística aplicada (LA), é enredar-se em “problemas sociais mediados pela linguagem [...] porque, em LA, é consenso que o pesquisador não trabalha a partir de uma suposta neutralidade, própria do positivismo, na *escolha* [destaque do autor] do objeto a ser analisado (SANTOS, 2010, p. 09).

Assim, neste espaço, buscamos refletir sobre questões que afetam sujeitos inseridos em modos complexos de práticas de linguagem, como é o caso de nossa relação com a esfera jornalística. Esfera como categoria apropriada dos estudos bakhtinianos, considerando que qualquer esfera da atividade humana se constitui na relação com a língua:

A riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa. Cumpre salientar de um modo especial a *heterogeneidade* dos gêneros do discurso (orais e escritos), que incluem indiferentemente: a curta réplica do diálogo cotidiano (com a diversidade que este pode apresentar conforme os temas, as situações e a composição de seus protagonistas), o relato familiar, a carta (com suas variadas formas), a ordem militar padronizada, em sua forma lacônica e em sua forma de ordem circunstanciada, o repertório bastante diversificado dos documentos oficiais (em sua maioria padronizados), o universo das declarações públicas (num sentido amplo, as sociais, as políticas)[grifos do autor]. (BAKHTIN, 1997a, p. 279, 280).

Por isso, é consenso a diversidade de uso (prática) da língua(gem) por meio de variados gêneros, conforme a variedade de atividades, de espaços, de propósitos, de necessidades, de desejos que provocam e que põem continuamente os sujeitos sempre em relação dialógica. Aqui visualizamos implicações da responsividade, proposta por Bakhtin (1997a), que salienta: “De fato, o ouvinte que recebe e compreende a significação (linguística) de um discurso adota simultaneamente, para com este discurso, uma atitude responsiva ativa: ele concorda ou discorda (total ou parcialmente), completa, adapta, apronta-se para executar” (p.290). Enfim, vinculados a esse posicionamento, entendemos que, nesse processo interativo, o sujeito não fica alheio aos discursos que o capturam e o provocam, responde a eles de forma direta ou indireta, através de atitudes responsivas verbais ou não. Esse sujeito, na perspectiva da LA, não está imune às pressões do mundo no qual se insere pois, situado em contexto específico, enfrenta, problemas específicos “[...] definindo e redefinindo continuamente seu imaginário a respeito de si e dos outros.” (SANTOS, 2010, p.10).

Moita-Lopes (2006, p. 102) ressalta que o sujeito, construído sócio-historicamente, está sempre aberto a revisões identitárias. Essas identidades, concebidas em LA como moventes, decorrem da interação contínua, direta ou indiretamente, dos sujeitos com textos e discursos que lhes constroem e lhes reconstroem imaginários no percurso de suas vidas mediante suas práticas de linguagem. Isso aponta para as práticas de letramento dentro e fora da escola.

Nesse sentido, os sujeitos afetam (as) e são afetados pelas diferentes atividades humanas operadas em diferentes esferas, entre elas a jornalística. Assim, é fato que os gêneros

discursivos jornalísticos se tornaram algo integrado ao cotidiano da sociedade. Por meio dos textos, que materializam gêneros constituídos nessa esfera é que geralmente são divulgados fatos e acontecimentos correntes no dia a dia dos sujeitos em espaços e circunstâncias diversos. Esse contexto favorece a relevância dos jornais, os quais propiciam a circulação de informações referentes a assuntos que envolvem direta ou indiretamente a vida do povo e se dirige a diferentes públicos leitores.

A difusão desses gêneros ocorre por meio dos vários tipos de veículos de comunicação existentes, como o rádio, a televisão, o jornal impresso. Nas últimas décadas, porém, com o avanço da tecnologia e a elevada abrangência da *internet*, muitos órgãos de jornais impressos e outros meios de comunicação criaram páginas eletrônicas, os *sites*, para publicar textos jornalísticos.

Essa realidade coincide com um momento histórico em que está em voga um tema que vem ocupando parte da preocupação de um número crescente de pessoas no Brasil e em muitos outros países: a sustentabilidade que, embora em discussão em termos conceituais, prima pelo cuidado e preservação das várias formas de vida, no presente e no futuro. As ideias que permeiam as discussões sobre esse assunto são deslocadas também para outros contextos, como o educacional, entre eles forma de pautar ações, iniciativas e atitudes, sempre orientadas por princípios como solidariedade, democracia, bem-estar, que tenham alguma consistência.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 A Produção e Circulação de Gêneros Textuais Jornalísticos

A produção e circulação de gêneros discursivos jornalísticos são práticas antigas. Atualmente, como resultado do desenvolvimento tecnológico, têm-se diferentes tipos de veículos de imprensa, como a televisão, o rádio, o jornal eletrônico, a revista, além do jornal impresso, o meio de comunicação com maior tempo de duração entre os existentes. Mesmo antes do jornal impresso as pessoas, de alguma forma, procuravam estabelecer meios de circulação de informações. Nesse sentido, de acordo com Fabre (1980),

O relato, tantas vezes citados, do soldado de Maratona que correu, desde o campo de batalha até Atenas, para anunciar a vitória sobre os Persas, e depois morreu; ou então a extraordinária organização dos pombos-correios no mundo mulçumano; ou ainda o primeiro jornal chinês, espécie de gazeta da corte imperial, baptizada *Tsing-Pao: Última hora da Capital* não tem verdadeiramente mais do que uma relação longínqua com aquilo a que se convencionou, hoje, chamar de imprensa.

Testemunham unicamente a curiosidade natural do homem, o seu gosto muito antigo de saber, de saber o que se passa, aqui e algures. (FABRE, 1980, p. 49).

O funcionamento da imprensa, dessa forma, aparentemente ajudar a satisfazer uma necessidade inerente à própria natureza do sujeito, que é a curiosidade a ser suprida pelas informações e o interesse por determinados assuntos. As pessoas se comunicam, querem se informar sobre fatos, acontecimentos, emitir ponto de vista sobre informações recebidas, alimentar a imaginação, enfim, sentir-se no processo e na dinâmica da vida. Sendo assim, não é ilógico inferir que os meios de comunicação podem agendar, sobremaneira, muito do que é conversado e discutido pelas pessoas no seu dia a dia.

É fato que, contemporaneamente, no tocante aos meios de comunicação, ancorados no uso da internet, o jornal eletrônico ganha espaço em diversos setores da sociedade. E não é difícil compreender que isso decorre da premência por disseminação de mercadorias, quer ideias, quer produtos, quer informação, num tempo e espaço acelerados, cuja pluralidade e velocidade de compromisso dos sujeitos, afetados sobremodos pela necessidade de otimizar o tempo, impede uma prática de escuta ou de leitura do papel. Como consequência dessa nova configuração, novos enquadramentos vão se impondo aos sujeitos, considerando-se, pois, que

A disseminação da cultura cibernética permeia, então, identificações que ficam entre os valores e as normas sociais e as vontades individuais, de maneira que recursos técnicos – como a internet – acabam por instaurar e moldar o sujeito de acordo com os interesses impostos socialmente, a partir de mecanismos de controle que são instituídos para garantir uma “nova” ordem social (GALLI, 2012, p.178).

Nessa perspectiva, ao ter os gêneros jornalísticos presentes em seu cotidiano, o sujeito passa a ter sua identidade e sua realidade, em parte, construída pelo discurso desses gêneros. Francisco Duarte Júnior (2002, p. 13) afirma que “as forças naturais não são criadas pelo ser humano, mas a maneira de percebê-las, de interpretá-las e de estabelecer relações com elas, sim”. Essa percepção sobre as coisas criada pelo homem é que seria a realidade. E os discursos pelos quais o sujeito é interceptado, certamente ajudam a construir essa realidade, a sua visão de mundo.

É importante considerar que o profissional elaborador dos gêneros jornalísticos também tem sua “realidade”, a qual influencia na criação dos seus textos e nos seus discursos. Além disso, é possível também a existência de outros interesses no discurso desses gêneros, haja vista que, de acordo com Ricardo Noblat (2002),

No começo de 2002 havia pelo menos 12 formidáveis impérios de comunicação no mundo, quase todos por corporações alheias ao ramo. [...] jornalismo nada tem a ver

com essas corporações. Elas reconhecem o impacto poderoso da mídia no processo político. Sabe o quanto a mídia ajuda a formar opinião sobre assuntos públicos. E querem por meio deles influenciar governos, ampliar seus negócios e lucrar mais. (RICARDO NOBLAT, 2002, p. 22).

Os textos jornalísticos, dentre eles o gênero notícia, mais recorrente nos jornais e que, segundo Bordenave (1985, 90), “não é mais que a ‘reconstrução’ da realidade pelo repórter” [ênfase do autor], pode ter na produção dos sentidos pretendidos pelo autor, em algumas circunstâncias, certas conveniências, como políticas, econômicas, entre outras, dependendo do nível e do tipo de interesse do veículo de comunicação pelo assunto noticiado. Moacir Gadotti (2007, p. 58) enfatiza que “nenhum jornal é neutro. Sua opinião depende muito de quem o financia [...]”. E, ainda de acordo com ele,

Mesmo com o controle da informação exercido pelos grandes monopólios, o jornalista tem ainda um grande espaço para selecionar a informação e apresentá-la criticamente. Muitos teóricos são maniqueístas em relação a essa questão: não podemos ver por trás de toda informação um interesse econômico. (MOACIR GADOTTI, 2007, p. 58).

Os assuntos noticiados certamente têm determinados graus de interesse por parte dos veículos de imprensa, podendo o que é divulgado ficar, em certos casos, mais a critério do profissional da imprensa. Porém, vale ter em mente que informações tornadas públicas por meio de gêneros como notícia e reportagem, por exemplo, resultam de recortes de dadas realidades feitos pelo autor. E esses recortes estão relacionados ao que o profissional da imprensa avalia como os aspectos que devem compor a informação, ou seja, a própria “realidade” do sujeito elaborador do texto é mobilizada para a produção daquele gênero textual, o que impossibilita a neutralidade do texto. Nesse sentido, Melo (*apud*, MORAIS, 2018, p. 76) destaca duas categorias de práticas jornalísticas implicadas nessa esfera que, para ele e para estudiosos dessa via acadêmica, diferem-se, respectivamente, entre atividade de narrar fatos (jornalismo informativo) e atividade de expressar ideias (jornalismo opinativo), exemplificado conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 – Categorias Jornalísticas

Jornalismo informativo	Jornalismo opinativo
nota, notícia, reportagem, entrevista	editorial, comentário, artigo, resenha, coluna crônica, caricatura, carta

Para os profissionais da área, porém, tal distinção não garante caráter de neutralidade no labor jornalístico, mesmo quando pensamos nos tempos físico, cronológico e linguístico (BENVENISTE, 1989, p.71-74). Ou seja, isso é inconcebível, quer se esteja no (MN) mundo narrado, quer se esteja no (MC) mundo comentado (WEINRICH, *apud*, KOCH, 202, p.35), perspectiva inclusive mais apropriada para se posicionar em relação à prática jornalística. Essa distinção entre as duas práticas de linguagem, aqui situadas como MN e como MC, aponta, de fato e respectivamente, para um menor ou um maior grau de tensão do locutor, pelo modo de comprometimento em relação ao que diz.

Entendemos que a distinção feita e aceita pelos jornalistas, entre gêneros informativo e gêneros opinativos, apenas revela construção, nessas práticas jornalísticas, de maior ou menor efeito de neutralidade, pois, como nos aponta Bakhtin (1997b, p.36): “A palavra é o fenômeno ideológico por excelência [...] é o modo mais puro e sensível de relação social”. Logo, se aceitamos a assertiva do filósofo russo de que a ideologia intrinseca na palavra é construída das relações sociais, e admitimos que por elas opera-se relação de força, jogos de poder, desejo de persuasão, de adesão, de dominação etc., não é possível essa pretensa neutralidade defendida por setores da esfera jornalística. Nesse aspecto, Bakhtin (1997b), destacando e exemplificando como a palavra tem uma onipresença social, argumenta:

Tanto é verdade que a palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político, etc. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. (BAKHTIN, 1997b, p.41).

Dando sequência a nossas problematizações, consideramos que a prática jornalística tem seu percurso histórico. Assim, é válido considerar, ainda, que a própria natureza do jornalismo, como se apresenta atualmente, tem influência significativa do contexto da Revolução Francesa, ocorrida de 1789 a 1800. Nesse período, em que foram publicados mais de 1.500 títulos novos de jornais, duas vezes mais que os 150 anos anteriores, foi quando a imprensa começou a perceber seu potencial de influência na opinião pública (FABRE, 1980, p. 52).

Essa percepção se deu a partir do surgimento na sociedade de uma nova instância social, a opinião pública, que começou a ter maior relevância em um momento em que o povo passou a decidir sobre as diretrizes do regime político. O jornal, nesse contexto, apresenta-se como algo que proporciona a informação, o conhecimento, e com isso um meio para auxiliar a opinião pública na tomada de decisões, bem como para sedimentar a ordem simbólica e o

ideário do Estado (ATAÍDE, 2000, p. 68), o que pode caracterizar os discursos jornalísticos, até certo ponto, também como um dos elementos de disputa da opinião pública, visto que na tomada de decisões há disputa entre alternativas apresentadas para essa escolha.

Essa realidade pode ajudar a explicar, por um lado, os casos de censura à imprensa, a exemplo do que ocorreu nos 21 anos de Ditadura Militar no Brasil, e, por outro, a criação de oligopólios de veículos de imprensa, numa possível tentativa de controle de informações circuladas.

No Brasil, os registros sobre jornais impressos que servem de referência para o início da imprensa no país contemplam periódicos como O Diário do Rio de Janeiro, criado em 1821; o Correio Brasiliense, que nesse período já havia circulado e defendia a liberdade de imprensa e a Constituinte; e a Gazeta do Rio, publicação destinada a informar as ações administrativas e a vida social do Reino (FABRE, 1980).

Em 1930 consolida-se o primeiro grande império de comunicação do país, os Diários Associados, de Assis Chateaubriand, que nos anos de 1990 passou a se chamar Associados. No decorrer do século XX, com o avanço tecnológico, foram criados outros meios de circulação dos gêneros textuais jornalísticos, como a televisão, o rádio, com maior capilaridade que o jornal impresso. No entanto, com a interceptação dos leitores feita basicamente por meio de textos orais (FABRE, 1980).

Mesmo depois do surgimento de outros meios de propagação dos textos noticiosos, os jornais impressos continuaram e continuam circulando na sociedade. Mas os textos jornalísticos escritos, com o surgimento e amplitude da *internet*, passaram a circular também por outro meio, o jornal eletrônico.

No atual momento histórico, uma quantidade imensa de gêneros textuais jornalísticos está diariamente à disposição das pessoas que, às vezes até involuntariamente, são interceptadas e interpeladas por esses textos e discursos. Dessa forma, esses gêneros estão incorporados ao cotidiano da sociedade, participando da formação da realidade dos sujeitos.

3.2 O Jornal na Era da Tecnologia

A trajetória de aprimoramento e capilaridade da imprensa está associada ao avanço do desenvolvimento tecnológico. Várias invenções ao longo da história contribuíram para o aprimoramento e consolidação do jornal impresso. Entre essas invenções pode-se mencionar a criação do papel, pelos chineses, no ano 105; a criação da tipografia, por Gutenberg, em 1438,

na França; e o desenvolvimento industrial, que proporcionou equipamentos para a produção de impressos em larga escala.

No decorrer do século XX, no entanto, esse avanço tecnológico foi muito intenso e gerou bastantes resultados que alteraram sobremaneira a realidade das pessoas. No que se refere aos meios de comunicação de massa, surgiram veículos como o rádio, a televisão. E nesse bojo, já na segunda metade do século, em 1969, foi criada a *internet*, uma invenção que, logo após se tornar acessível, passou a atrair fortemente o interesse das pessoas. E possibilitou a criação de outro meio de comunicação de massa: o jornal eletrônico. De acordo com Pollyana Ferrari (2014, p. 10),

A *internet* foi concebida em 1969, quando o Advance Rsearch Projects Agency (Arpa – Agência de Pesquisa e Projetos Avançados), uma organização do Departamento de Defesa norte-americano focada na pesquisa de informação para o serviço militar, criou a Arpanet, rede nacional de computadores, que servia para garantir comunicação emergencial caso os Estados Unidos fossem atacados por outro país – principalmente a União Soviética.

Em 1986, a National Science Foundation (NSF – Fundação Nacional de Ciência) fez uma significativa contribuição para a expansão da *internet*, quando desenvolveu uma rede que conectava pesquisadores de todo o país por meio de grandes centros de informática e computadores. (FERRARI, 2014, p. 10)

Entre os anos de 1989 e 1991, vários estudos e pesquisas, nos Estados Unidos, resultaram em importantes transformações na *internet*, que adquiriu nova configuração gráfica (FERRARI, 2004, p. 11) e começou a se popularizar. Vale destacar que a adesão da sociedade a essa invenção é crescente, tanto que, “No Brasil, o número de pessoas com acesso à *internet* em casa ou no trabalho somava 66,3 milhões em novembro de 2009, segundo pesquisa Ibope Nielsen” (FERRARI, 2014, p. 16).

Atualmente, tem-se acesso à *internet* não apenas por meio do computador, que propicia também diversas outras utilidades, mas também com um celular, que proporciona vários aplicativos com funções diversas. Logo, pode-se ter acesso a ela em qualquer ambiente no qual ela seja disponibilizada. Isso evidencia a potencialidade de abrangência desse meio tecnológico e a possibilidade de um número bem maior e cada vez crescente de pessoas fazer uso desses recursos.

Sabe-se que com a *internet* pode-se ter acesso a muita coisa, como redes sociais, compras e vendas de produtos, movimentação bancária e inúmeras outras possibilidades. E um dos serviços presentes nessa conjuntura e em elevação constante é o jornal eletrônico: “O primeiro site jornalístico brasileiro foi o do Jornal do Brasil, criado em 1995, seguido pela versão eletrônica do jornal O Globo” ((FERRARI, 2014, p. 16).

Não só as grandes empresas e grupos de imprensa criaram páginas eletrônicas para fazer circular os textos produzidos. É comum os jornais impressos, e mesmo as empresas de rádio, televisão, revistas, terem *sites* de notícias. E há também veículos de imprensa apenas por meio de portais eletrônicos de informação. Alguns desses órgãos restringem a maior parte do conteúdo aos assinantes, que podem ter contato com os gêneros textuais antes mesmo de o jornal circular. No entanto, mesmo alguns desses domínios controlados, o usuário da *internet* pode ser beneficiado, visto que consegue consultar vários *sites* e ter acesso a diferentes meios de informação.

As páginas eletrônicas dos jornais possivelmente alteram a relação do leitor com o texto jornalístico escrito. Embora se saiba que muitas outras razões diferentes do interesse por leitura de gêneros jornalísticos podem levar a pessoa a adquirir um produto eletrônico que possibilite o acesso à internet, só o fato de a pessoa “navegar” pela internet fica exposto a gênero discursivo como a notícia, que pode se fazer presente em sites consultados pelo leitor e que pode atrair a atenção deste para a leitura. Portanto, os jornais eletrônicos são uma das invenções mais recentes da tecnologia que está presente também no cotidiano das pessoas, com condição de muita potencialidade ao facilitar o contato da pessoa com gêneros textuais jornalísticos e, em especial, expô-la a notícias, mesmo que involuntariamente.

3.3 O Apelo à Sustentabilidade e o Jornal Eletrônico

Várias Conferências Internacionais promovidos por setores da Organização da Nações Unidas (ONU), bem como eventos promovidos por outras entidades atuantes em cada país filiadas à mesma causa, já foram feitas com o intuito de discutir e sensibilizar as sociedades em relação ao cuidado com o meio ambiente, apontando a necessidade de o homem gerir os recursos naturais considerando a herança que se deixará para gerações futuras (AGUIAR, 1994). A primeira foi em 1972 em Estocolmo (Suécia). No Brasil, tivemos a primeira em 1992, mais conhecida como Eco-92, que produziu relatórios propondo ações que corroborassem práticas de vida sustentáveis no planeta.

A Unesco (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), em relatório que traduziu para o português (SANTOS *et al.*, 1999), destacou que é pela educação que podemos pensar em ações sustentáveis, pois os cidadãos e os governantes agem conforme conceitos, orientações, comportamentos e visão de mundo que recebem da família, da escola e de toda e qualquer entidade ou grupo pelo qual circula e nele se relaciona. Destacamos, das palavras de Frederico Mayor, diretor-geral da Unesco à época, o seguinte excerto:

Promover o desenvolvimento sustentável, cujas estreitas relações com a democracia e com a paz são cada vez mais patentes, é uma das tarefas fundamentais de nossa época e, para realiza-la com êxito, é vital a educação em todas as suas modalidades. A UNESCO crê na educação como força do futuro _ que somente pode ser sustentável _ e está empenhada em obter o máximo possível de seus esforços em multiplicar suas parcerias em prol do desenvolvimento e da aplicação dessa força em favor da paz e da melhoria de todos os seres humanos. (MAYOR, 1999, p. 09).

Mas o discurso de sustentabilidade, num mundo globalizado e capitalista em maior proporção, produz efeitos diversificados, que vão da utopia ao engajamento explícito de pessoas e de setores bem-intencionados passando, evidentemente, pela demagogia disfarçada de *status* de comprometimento. Isso porque precisa defender o equilíbrio entre a exploração dos recursos naturais (incluindo os humanos), a força da produção e o apetite do consumo para, enfim, encaminhar (concretizar!) uma (possível?) desejável justiça social, visto que um dos princípios básicos implicado nesse tema é a solidariedade entre os sujeitos da presente geração, bem como entre os da geração de hoje para com as do porvir.

Em 2016 mais um marco para o desenvolvimento sustentável foi deflagrado pelas Nações Unidas, visando a discutir e a estabelecer objetivos exequíveis para que cada país, membro da organização, reflita e efetue ações que colaborem para a sustentabilidade da vida e da qualidade de vida no planeta. Como resultado dos debates que ocorrem periodicamente em diferentes eventos, o relatório de 2016 da ONU (Organização das Nações Unidas), que defende oficializar, neste encontro de 2016 em torno do tema, o engajamento sobre os propósitos visados para o desenvolvimento sustentável, traz um total de 17 objetivos a serem implementadas para que o percurso da sustentabilidade se materialize e produza seus frutos em defesa da equidade no uso dos recursos naturais e culturais. Diz o prefaciador do texto:

Esta agenda é um roteiro para as pessoas e o planeta que se baseará no sucesso dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e assegurará progresso social e econômico sustentável em todo o mundo. Procura não só erradicar a pobreza extrema, mas também integrar e equilibrar as três dimensões do desenvolvimento sustentável – econômico, social e ambiental – numa visão global abrangente. [tradução de nossa responsabilidade] ¹ (KI-MOON, 2016, p. 02)

¹ On 1 January 2016, the world officially began implementation of the 2030 Agenda for Sustainable Development - the transformative plan of action based on 17 Sustainable Development Goals - to address urgent global challenges over the next 15 years.

This agenda is a road map for people and the planet that will build on the success of the Millennium Development Goals and ensure sustainable social and economic progress worldwide. It seeks not only to eradicate extreme poverty, but also to integrate and balance the three dimensions of sustainable development - economic, social and environmental - in a comprehensive global vision. [texto original]

Discursivamente, constrói-se um imaginário sobre possibilidades reais de que, por essa agenda, que enfrentará os desafios globais urgentes pelos próximos quinze anos, será assegurado o progresso social e econômico sustentável em todo o mundo.

Esse conjunto de 17 objetivos foi repercutido em relatórios produzidos por Estados membros da ONU, como o Brasil, a fim de que as metas possam ser vislumbradas e implementadas para que tais objetivos sejam alcançados, a saber: 1- erradicação da pobreza; 2-fome zero e agricultura sustentável; 3-saúde e bem-estar; 4- educação de qualidade; igualdade de gênero; 6-água potável e saneamento; 7-energia limpa e acessível; 8-trabalho decente e crescimento econômico; 9-indústria, inovação e infraestrutura; 10-redução das desigualdades; 11-cidades e comunidades sustentáveis; 12-consumo e produção responsáveis; 13-ação contra a mudança global do clima; 14-vida na água; 15-vida terrestre; 16-paz, justiça e instituições eficazes; 17-parcerias e meios de implementação (MACHADO-FILHO, 2016, p. 10).

Todos esses objetivos fazem parte de um sistema complexo, como é nosso ecossistema onde tudo está interligado, visto que a eficácia de qualquer um depende da eficácia dos demais. Além disso, a disposição para a ação demanda quebra de paradigmas de toda ordem, ou de muitas ordens, catalisados e intrincados no fator ideológico. E isso se constitui tarefa árdua ou não-processável por sociedades classistas, misóginas, xenófobas etc. Mesmo assim, e seguindo em outra perspectiva, poderíamos considerar que o primeiro, por exemplo, se o mérito da empreitada sustentável dependesse de se mover as peças no tabuleiro por uma sequência lógico-matemática, deveria ser o último, visto que sem a redução das desigualdades (décimo objetivo) não se pode abrir caminho para se vislumbrar possibilidade de erradicação da pobreza (primeiro objetivo), considerando-se que o fator econômico é motor basilar para o equilíbrio entre as peças.

Sem nos perdermos em divagações sobre toda essa rede, importa aqui salientar, para dar cabo do que delimitamos para este ensaio, o quarto objetivo como norte para possível contribuição em aspecto específico de nossa área, a saber, o ensino de leitura ou a imersão em práticas reais de leitura, práticas provocativas de linguagem, que reclamam responsividade. Ou seja, se, como já frisado em Freire (1981), a leitura de mundo precede a leitura da palavra (escrita, referindo-se ao processo de alfabetização escolar), aprender ou ampliar estratégias de leitura de textos de diferentes gêneros é vital para um posicionamento mais afinado com os propósitos (ou desejos) de se assumir posturas sustentáveis na relação entre os homens e o meio ambiente, tomando-se posição frente aos discursos que nos provocam a consciência.

Necessário recortar evidentemente o que nos toca mais de perto neste texto, pois o objetivo 4, educação de qualidade, impacta os demais e implica por si só N variáveis, que ultrapassam a possibilidade de reflexão deste momento, mesmo que ficássemos apenas na problematização do acesso aos bens alimentícios e culturais por parte de estudantes e de professores concernente a sua saúde física e mental, bem como a sua formação escolar e acadêmica, por exemplo.

Por tal amplitude, para nos situarmos em parte, e como recorte, no quarto objetivo (educação de qualidade), vamos nos ater ao acesso tecnológico, via rede de computadores, *internet* que paulatinamente faz certa inclusão de classes antes muito mais invisibilizadas e, como consequência, ao acesso a fatias de informação jornalística repartida eletronicamente, o que, respeitadas as devidas ressalvas (ideológicas) que envolvem a produção e a circulação dessas informações, pode potencializar o desenvolvimento da capacidade de leitura, do senso crítico dos estudantes, que pode impactar, em alguma medida, na sua mobilidade social e melhoria das condições de vida. Nesse sentido, Prensky (2010, p. 202) nos ajudar a ampliar essa problematização, quando reverbera que:

A tecnologia atual, no entanto, oferece aos alunos todos os tipos de ferramentas novas e altamente eficientes para que possam aprender sozinhos – desde a internet com todo tipo de informação para procurar e ferramentas de busca para descobrir o que é verdadeiro e relevante, até ferramentas de análise que permitem dar sentido à informação, a ferramentas de criação que trazem resultados de busca em uma variedade de mídias, ferramentas sociais que permitem a formação de redes sociais de relacionamento e até de trabalho de modo a colaborar com pessoas do mundo inteiro. E enquanto o professor poderia e deveria ser um guia, a maior parte dessas ferramentas é usada pelos alunos com melhor desenvoltura, e não pelos professores.

Como o professor vem de outra tradição escolar, é compreensível a pouca sensibilidade para incorporar (menos ainda com a velocidade de uma boa conexão de *internet*) essas novas tecnologias no trabalho pedagógico, o que não impede, porém, de reconhecermos aqui a ocorrência de muitos trabalhos já publicados dentro e fora do país sobre o uso dessa tecnologia contemporânea em sala de aula, como o celular que alunos usam na escola, mesmo à revelia do professor. Por isso, pensando em aparelhos que entram em sala de aula com ou sem a anuência dos gestores da aprendizagem, apelamos ao jornalismo on-line (eletrônico) como possibilidade de considerar oferecer ao estudante em tempo real a interação com o gênero notícia, sob orientação pedagógica para sua inserção na prática da leitura desse gênero e para o desenvolvimento da criticidade, por exemplo.

Esse outro modo de fazer jornalismo requer novas configurações dos textos como é o caso do que se nomeia por hipertexto que, segundo Nascimento (2016), é produto da era digital:

A evolução do jornalismo on-line, mais especificamente a evolução dos grandes veículos de comunicação jornalística na internet, está atrelada à história da rede mundial de computadores e às transformações advindas do uso das tecnologias. A internet, concebida como um ambiente de comunicação por excelência, tem modificado os modos de trabalho, nomeadamente a sua produção, ganhado uma importância exponencial em termos de difusão da informação e do conhecimento.

Esse avanço tecnológico permitiu que nascessem novos paradigmas para o jornalismo, com a necessidade de publicação de textos on-line, viabilizando modos inovadores de textualização, como a “hipermídia”, que permite integrar vídeo, som e imagem.

[...] Do ponto de vista das agências de notícias, leva-se em conta a dimensão da competitividade, isto é, da necessidade de atender cada vez mais a públicos variados, e, em relação à própria notícia, atender à “corrida” pelo “furo de reportagem” e pelo ineditismo da informação. Trata-se, nesse sentido, de sair à frente com “jatos” de informação, com pequenas frases, trechos e resumos de notícia em destaque, e com atualização constante à medida que o fato acontece (NASCIMENTO, 2016, p. 330,331).

Assim, a invenção e desenvolvimento da informática e da *internet* foi condição indispensável para o surgimento do jornal eletrônico, uma inovação atualmente bem assimilada pela sociedade. Esse meio de comunicação foi criado em um momento em que começava a ser discutido com preocupação mais elevada o tema da sustentabilidade. Considerando que esse tipo de veículo é acessado a partir de um aparelho eletrônico, como celular, *tablet*, computador, e com isso dispensa o uso de papel, além de muitas vezes ser disponibilizado às pessoas da comunidade ou de países diversos por baixo custo ou sem ônus financeiro, indaga-se: pode o jornal eletrônico favorecer práticas de sustentabilidade?

Para isso, daremos sequência a outras abordagens sobre esse tema. Embora alguns pesquisadores e estudiosos considerem que ainda não há um conceito definido sobre sustentabilidade, é ponto comum que as discussões nessa esfera manifestam preocupação com a viabilidade da vida no e do planeta, de forma que as gerações presentes adotem maneiras de suprirem suas necessidades sem comprometerem a sobrevivência das gerações futuras.

As definições usadas com mais frequência são as que se concentram na relação entre desenvolvimento social e a oportunidade econômica, por um lado, e as exigências do meio ambiente, por outro, isto é, no melhoramento das condições de vida para todos, especialmente para mais pobre e os carentes, dentro dos limites da capacidade de sustento dos ecossistemas. (SANTOS *et al.*, 1999, p. 31).

As discussões sobre sustentabilidade são abrangentes e derivam de preocupações oriundas da percepção da vulnerabilidade a que todas as formas de vida estão submetidas, em

função da ação do homem. Quem direciona o olhar e reflexões sobre problemas diversos, que afligem ou podem afetar as pessoas, certamente se inquieta com o que observa.

Muitas circunstâncias indicam perigo para a preservação do homem e de demais formas de vida. A diminuição da disponibilidade de água doce, seja por poluição, contaminação, seja por desmatamento, é um exemplo dessa situação. A busca desenfreada por lucros, típica do capitalismo que envolve as pessoas, tem levado estas a ignorar o bom senso e ocasionado situações que precisam ser revertidas.

Nessa mesma lógica, a humanidade tem sido marcada por desigualdades, que se dão entre povos, regiões, classes sociais e pessoas. Mazelas como pobreza, pouco acesso à saúde, à educação, ou mesmo à alimentação, são uma realidade. Valores como solidariedade, espírito democrático para coletivamente tentar minimizar esses problemas, são uma necessidade. Como orientação de diretrizes para abordar essa questão, “a maioria dos estudos afirma que sustentabilidade é composta de três dimensões que se relacionam: econômica, ambiental e social” (ALMEIDA, 2002 *apud* CLARO; CLARO; AMÂNCIO, 2008, p.290). Essa concepção contempla as atividades econômicas formais ou informais na vida das pessoas; o uso não degradante do meio ambiente e o bem-estar dos sujeitos.

Ao retomar-se a indagação acerca da possibilidade de contribuição do jornal eletrônico para a sustentabilidade, serão consideradas, entre outros aspectos, as dimensões econômica, ambiental e social.

Em relação à dimensão econômica, entende-se que os jornais eletrônicos podem favorecer o acesso aos textos dos veículos, visto que a leitura desses textos pode se restringir sobremaneira quando requer a compra diária ou assinatura dos jornais impressos, pois envolve custos financeiros com os quais a maioria das pessoas possivelmente teria dificuldade de arcar. Alguns jornais disponibilizam todo o seu conteúdo na *internet* e outros só disponibilizam seu conteúdo completo para assinantes das páginas eletrônicas, mas se verifica que essas assinaturas têm valor bem menor se comparado ao custo da assinatura do periódico impresso, o que facilita o acesso das pessoas e em número mais elevado.

Quanto à questão ambiental, é importante destacar dois aspectos: primeiro, para a produção do jornal impresso, precisa-se fazer uso do papel, que depende da plantação de eucalipto, cujo cultivo é criticado por ambientalistas por, supostamente, causar impacto ambiental significativo. Quanto maior for o alcance do jornal impresso, maior a demanda por papel e por plantação de eucalipto. A assinatura anual de um periódico diário, por pessoa, requer papel para a impressão de 365 jornais, ou 366, em caso de ano bissexto. Demanda uma

quantidade considerável de papel, que deve ser multiplicada pelo número de assinantes do jornal.

Por outro lado, para a produção de equipamentos eletrônicos por meio dos quais se tenha acesso à internet, usam-se recursos naturais. E, para o próprio funcionamento desses equipamentos, demanda-se o consumo de energia elétrica. Surge, então, outro questionamento: o que é mais danoso para o meio ambiente, a plantação de eucalipto para fabricar papel para a produção do jornal impresso diário, às vezes de grande alcance, ou os recursos naturais usados para a produção de equipamentos eletrônicos para o público leitor? Esse questionamento não será respondido neste trabalho, por não terem sido encontrados dados que pudessem evidenciar a resposta. No entanto, considera-se que a aquisição de aparelhos eletrônicos, como o celular e outros, não está vinculada à leitura de jornais, ou seja, independentemente da existência do jornal eletrônico esses aparelhos são comprados. Pode-se estabelecer, assim, um diálogo desse aspecto com o conceito da ecoeficiência, ou seja, “o aumento do valor agregado de nossas atividades e, simultaneamente, a redução do uso que fazemos dos recursos e das repercussões sobre o meio ambiente podem ter de cumprir um papel importante no efeito de proteger o meio ambiente.” (SANTOS; GONÇALVES; ANDRADE, 1999, p. 62).

Por esse prisma, compreende-se que a pessoa, de posse de um equipamento eletrônico como o celular ou outro, ao utilizar esse instrumento também para a leitura de jornais, evitando o uso do jornal impresso, pode contribuir com o meio ambiente, visto que potencializa a funcionalidade do recurso de que dispõe para evitar ação que ajude a degradar o meio ambiente.

No que se refere à dimensão social, esse impacto se concretiza na medida em que as pessoas têm mais oportunidade de usufruir do texto jornalístico, ou seja, tem acesso à leitura do texto, à interação com discursos informativos/persuasivos/polêmicos etc., o que se caracteriza também como uma forma de democracia, de inclusão. Claro que o leitor não tem acesso a todos os conteúdos dos jornais, mas certamente consegue acessar uma gama de gêneros textuais jornalísticos.

Desse modo, tendo em vista a forma de acesso aos gêneros textual-discursivos do jornal eletrônico, vislumbra-se uma possibilidade de funcionamento desse veículo de comunicação na escola a partir de um viés da sustentabilidade não apenas pela dispensa do papel, quando se afasta do jornal impresso, mas pela possibilidade de se voltar a uma prática de linguagem no seu estado natural, se é possível usar essa metáfora. Ou seja, quanto mais o Estado fornecer acesso à *internet* nas escolas, e quanto mais o professor considerar que esse

fenômeno pode ser usado como um instrumento em favor da formação do leitor (e do leitor crítico), melhor poderá agir, a fim de orientar a curiosidade e desenvolver prática de leitura pela imersão no gênero o menos descaracterizado possível, ampliando a capacidade crítica de seus alunos em relação aos textos, aos discursos, à ideologia a eles subjacente, provocando-os em práticas reais de linguagem.

Defendemos isso por considerar que a didatização de gêneros jornalísticos, feitas pelo livro didático (LD), um dos mais tradicionais guias da aula do professor, desconstrói total ou em boa medida o gênero, seja ele qual for, pois o tira da esfera na qual efetivamente opera, perdendo a força de sua função, que é construir versões da realidade, atendendo conjuntamente a expectativas dos assinantes que corroboram para a manutenção do referido meio de divulgação de informação, entretenimento, pontos de vista etc., e mesmo aqueles que o buscam esparsa e espontaneamente por interesse específico. Ou seja, os variados gêneros da esfera jornalística, seja a televisiva, seja a radialística, seja a impressa, seja a eletrônica, com seus produtos em linguagem verbal ou multimodal (híbrida), têm a função de informar, provocar, entreter, entre outros objetivos, leitores cativos ou curiosos. Por outro lado, o professor deve ter em conta que tais gêneros agem sub-repticiamente na sedimentação ou na desconstrução ideológica de seus leitores fiéis ou temporários. Assim, da notícia, nosso foco, à publicidade, passando por qualquer outro escolhido como objeto de ensino, há perdas quando os gêneros são transferidos (remodelados) para o LD. Isso, porém, não impede que sejam fonte de problematização por parte do professor que, mesmo trabalhando como objeto de ensino com o gênero já descaracterizado, a depender de sua metodologia, pode contribuir para ensinar o estudante a inferir a ideologia (ou as ideologias) dominante em cada gênero textual-discursivo.

Nosso destaque, nessa reflexão, vai para a possibilidade de se impulsionar a imersão na leitura de notícias no suporte real em oposição à ficcionalização feita no LD. Ou seja, promover a imersão em práticas de leitura (instigantes?), no suporte que funciona efetivamente fora da escola, que não está engessado por outro suporte, como ocorre com a transposição do gênero notícia, nossa pauta (ou qualquer outro da esfera jornalística ou de outra), para o LD, por exemplo.

3.4 Educação Sustentável e o Ensino de Leitura a Partir do Jornal Eletrônico

Antes de nos voltarmos, nesta seção, mais detidamente ao sintagma “educação sustentável”, ressaltamos que a concepção de leitura deste ensaio é formulada a partir da

noção bakhtiniana de linguagem como prática dialógica. Para chegarmos a ela, tomamos duas noções elaboradas pelo filósofo russo Mikhail Bakhtin: texto e sentido. Texto é um enunciado que, por sua vez, é uma unidade da comunicação verbal (face a face ou não), por isso a relação entre os sujeitos é sempre dialógica, provocadora de atitude responsiva ativa, mesmo que de ação retardada, do que houve e produz a réplica (o novo enunciado). Já o sentido, para Bakhtin (1997a, p. 386), “é resposta a uma pergunta. O que não responde a nenhuma pergunta carece de sentido.”. Ou seja, sentido é o que provoca, é o que nos captura na corrente discursiva, é o que nos fisga, no fluxo da interação, a fazer a réplica, a tomar posição. Dizemos isso porque, segundo o autor:

O homem tem a especificidade de expressar-se sempre (falar), ou seja, de criar um texto (ainda que potencial). Quando o homem é estudado fora do texto e independentemente do texto, já não se trata de ciências humanas (mas de anatomia, de fisiologia humanas, etc.).

[...]

O ato humano é um texto potencial e não pode ser compreendido (na qualidade de ato humano distinto da ação física) fora do contexto dialógico de seu tempo (em que figura como réplica, posição de sentido, sistema de motivação). (BAKHTIN, 1997a, p. 334).

Desse modo, a leitura, nessa perspectiva, estabelece uma relação dialógica e, por isso, responsiva ativa entre o autor e o leitor (entre o falante e o ouvinte), isto é, faz a interrelação entre o enunciado (texto) que pergunta (provoca sentido) e a resposta (tomada de posição materializada na réplica) do sujeito interpelado. Se pensarmos por esse viés a leitura na escola, ensejando-a como prática educacional que se sustente, colaboradora para uma “educação de qualidade”, que construa consciências mais solidárias, que ultrapasse os muros escolares e contribua para a inserção do sujeito nas diferentes esferas da atividade humana a que este aprendente tiver acesso, apropriando-se das formas da língua pelo gênero discursivo que a interação verbal exige, o caminho mais acertado seria a preferência por uma conduta pedagógica que dê espaço ao diálogo, que se recuse ao silenciamento de sentidos.

Esse modo de silenciamento ganha espaço quando se adota uma imposição de vozes fictícias. Traduzindo, é mais significativo quando não se trabalha com a linguagem fora do contexto que faz efetivamente sentido para o sujeito que se constitui pela linguagem, isto é, que se constitui pela linguagem na interação verbal viva, não separada de seu contexto funcional/real.

Nesse tipo de trabalho pedagógico que aqui problematizamos, caberia ao professor, também provocado, favorecer a emergência de sentidos (respostas à provocação da notícia, ao modo como ela é oferecida), problematizando as escolhas lexicais do jornalista, a gramática

por ele privilegiada, a perspectiva pela qual noticia o fato para seu público, instigando o aluno a verificar se a escolha do fato e o modo de noticiar permite se perceber a posição ideológica do jornalista (ou do jornal), averiguando sinais da relação de forças, dos interesses disfarçados por traz da notícia ou do modo como é apresentada, permitindo ao leitor condições de análise para negociar com aquele chamado ou recusar-se a ele, caso lhe seja lesivo. Pede, assim, que o docente se disponha a abrir a sala de aula para escuta da responsividade dos alunos em relação ao que, no recorte aqui feito, o gênero notícia de jornal eletrônico, por exemplo, constrói através das palavras ideologizadas pelas relações sociais. Essa estratégia é amplificada quando se confrontam notícias sobre o mesmo fato apresentadas por, ao menos, mais de um jornal, no caso aqui, o eletrônico, para que o estudante perceba que a realidade é criada através da palavra daquele que enuncia, pois este o faz considerando a imagem que tem de seu interlocutor e o que intenciona provocar através de sua narrativa ou comentário sobre dado fenômeno.

Em outras palavras: entre ler em sala de aula uma notícia de jornal no LD e ler em sala de aula uma notícia de jornal diretamente no jornal possível e real, como o eletrônico, mesmo sendo uma interação induzida pedagogicamente, decerto pode ser muito mais provocador o segundo modo, mormente pela realidade da linguagem multimodal, própria da esfera jornalística, que a notícia em jornal eletrônico propicia. Nossa resposta à pergunta que subjaz a esta reflexão (como contribuir para uma educação sustentável de qualidade, partindo-se do que pode nosso limitado campo de visão e de ação, especificamente no ensino sustentável de leitura através, principalmente, da imersão na prática de leitura que ocorre no mundo real?), que nos incomoda/provoca toma essa hipótese para a operacionalização da pesquisa a ser aplicada em uma escola pública de ensino médio do município de Imperatriz, no estado do Maranhão, norte do Brasil.

Nossa reflexão considera que, como veículo de difusão de informações no meio social, o jornal tornou-se algo relevante na vida das pessoas e, possivelmente, um importante instrumento educativo, visto que informação é também base para opinião. Os gêneros textuais jornalísticos, principalmente a notícia, integram o cotidiano de uma parcela significativa de sujeitos, no decorrer de suas vidas. Partindo-se dessa observação, visualiza-se a possibilidade de um elo sustentável entre esses gêneros/textos e a educação. Para Moacir Gadotti (2007, p. 20), “a mídia está cada vez mais presente na vida das pessoas. A escola precisa dialogar com essa realidade. ” E a importância de as práticas pedagógicas escolares interagirem com a realidade, com o contexto do aluno, é uma concepção preconizada por muitos estudiosos e também pelas próprias diretrizes curriculares da educação básica.

Questões como essa também são reapresentadas em propostas oficiais recentes como, por exemplo, no texto do DADEB (BRASIL, 2013), isto é, no documento que trata sobre o *Direito à aprendizagem e ao desenvolvimento na educação básica*. Esse referencial, demanda realinhamento do perfil discente e, conseqüentemente, também do docente. Para essa reconstrução identitária, Santos, Gonçalves e Andrade (2016, p.283) realçam a necessidade de a escola, “na busca de alcançar esse novo perfil de aluno e de professor, preocupe-se com o desenvolvimento de um ensino inter-relacionado com os problemas sociais atuais e, conseqüentemente, desapegado de um ensino fragmentado e descontextualizado”. Logo, o desenvolvimento de novas metodologias e a incorporação tanto de ferramentas, quanto de tecnologias, como de discursos e textos que circulam no contexto do aluno fora da escola são muito bem-vindos para o ambiente da sala de aula.

Nessa perspectiva, ressaltamos a discussão sobre as possibilidades de contribuição do jornal eletrônico para a sustentabilidade, agora no plano educacional, pelas seguintes razões: primeiro, como em boa parte das escolas tem instalado laboratório de informática, com *internet*, resultado de políticas governamentais orientadas para equipar as escolas com determinados recursos de mídia para auxiliar o ensino, torna-se viável o planejamento de projetos que utilizem o laboratório com esse viés. Se fosse para levar o jornal impresso para a sala de aula, seria menos viável, pois dependeria da aquisição do jornal, dificultando o contato do aluno com o veículo. Mesmo que se tirasse foto do jornal e o exibisse por meio de *slides*, não seria viável como o é o jornal eletrônico, até mesmo porque se perderia a oportunidade de colocar o aluno em situação prática de interação com o jornal, podendo-se inclusive passar a recorrer à leitura desses expedientes. Um outro fato considerável é que a didatização do texto jornalístico, no espaço escolar, por meio do livro didático (LD), acarreta perda significativa de sua configuração multimodal; logo, a interação dos alunos com gêneros jornalísticos eletrônicos está bem mais afinada com práticas letradas do mundo real. Gêneros jornalísticos no LD impresso sofrem uma transformação a fim de se acomodar a um suporte específico e de atender a uma demanda específica.

Segundo, como parte significativa dos alunos tem acesso à *internet*, principalmente por meio do celular, torna-se mais plausível a possibilidade da leitura de jornais eletrônicos se transformar em hábito. O suporte para o acesso aos gêneros jornalísticos e os equipamentos eletrônicos já fazem parte da realidade de muitos estudantes. Se a leitura desses textos exigisse a aquisição do jornal impresso, haveria entrave para fazê-la. Mas quando o sujeito dispõe do meio para esse acesso, este se torna mais viável, como defendem, abaixo, Silva, Santos e Farah (2016):

Um ensino sustentável, que se beneficia das possibilidades favorecidas por conexões entre os recursos disponíveis para o bem comum, requer incluir, no projeto escolar, o estudante como um sujeito social, cuja vivência fora da escola não pode ser ignorada ou subestimada em favor de uma realidade autônoma, sem conexão com sua vida real. Desse modo, a língua e os textos com os quais os alunos estão familiarizados ou em contato fora da escola, nos diferentes gêneros, deveriam também ser assumidos como experiências válidas de linguagem na reflexão escolar, numa perspectiva crítica da sustentabilidade em educação linguística. (SILVA; SANTOS; FARAH, 2016, p.102).

Considerando que os gêneros jornalísticos são componentes da vivência do aluno, às vezes até involuntariamente, inserir esses textos no currículo escolar é certamente tornar o ensino mais significativo, com mais sentido para o sujeito, como explicam os autores supracitados.

Deve-se ter em mente, também, que, quando se trata de texto jornalístico, dois aspectos, pelo menos, merecem ser destacados: primeiro, às vezes os sentidos que se tenta atribuir ao gênero da esfera jornalística pelo meio de comunicação são determinados por interesses diversos, como político ou econômico. E mesmo que não seja, esses textos, assim como os demais, não são neutros, pois sofrem influência da visão de mundo do dono ou do editor do periódico, bem como do autor do texto.

Segundo, independentemente de ser utilizado na escola ou não, os textos jornalísticos continuarão presentes na vida das pessoas. Dessa forma, quando se aborda o jornal eletrônico no âmbito de uma educação sustentável, deve-se recorrer aos conceitos de profundidade, amplitude e durabilidade, princípios norteadores de uma liderança sustentável (HARGREAVES; FINK, 2007), aquela que age a partir da concepção de sustentabilidade, pois, nas palavras de Hargreaves e Fink:

A liderança e o aprimoramento educacionais sustentáveis preservam e desenvolvem aprendizado profundo para tudo o que se difunde e dura, de modo a não prejudicar e, de fato, criar benefícios positivos para os outros a nossa volta, agora e no futuro (HARGREAVES; FINK, 2007, p. 23).

Nessa perspectiva, os estudos que objetivem o desenvolvimento da competência de leitura, no sentido de prática que provoque tomada de posição ante o enunciado do outro, que opera a (re)construção identitária do estudante dada a inserção em diferentes esferas de interação verbal, por meio do texto jornalístico, devem levar o aluno a se apropriar de conhecimentos e estratégias a serem mobilizados no momento da leitura da notícia, por exemplo, independente de essa leitura ocorrer no contexto escolar ou não. Ou seja, agir como leitor ativo, crítico, que consegue fazer leitura profunda do texto, podendo deslocar essa

postura para a interação com outros gêneros textuais e ainda, possivelmente, tornar a leitura de textos escritos algo mais presente em sua vida. Isso considerando que a repercussão do que é aprendido com profundidade na escola deva expandir a inserção dos sujeitos em outras esferas discursivas, em outros modos de participação social, em práticas de letramento cada vez mais complexas, que lhes favoreça um desenvolvimento permanente em diferentes aspectos de sua vida, comparando-se a evolução, o alcance da formação escolar, no que se refere ao trabalho educacional no viés da sustentabilidade, com a construção de uma liderança sustentável que fomenta práticas sustentáveis, ou seja, “liderança que deixa um legado e dura para além da nossa vida profissional” (HARGREAVES; FINK, 2007, p. 59) e, completamos, para além da vida escolar. Nesse sentido, vale destacar que:

As práticas escolares de linguagem são atividades didáticas desenvolvidas em sala de aula pela exploração do uso da escrita, leitura e análise linguística, permitindo o trabalho com diversos gêneros textuais. Precisam funcionar como referências para inúmeras atividades de linguagem características da vida diária, além dos muros escolares [...]. Ou seja, na escola, os alunos precisam ser familiarizados com diversos letramentos, não apenas com as práticas necessárias para o sucesso na própria escola. (SILVA; SANTOS; FARAH, 2016, p.91-92).

Em suma, reiterarmos que esse tipo de mobilização, a partir de textos jornalísticos em jornais eletrônicos, em especial o gênero notícia, cuja funcionalidade está diretamente ligada à vida do cidadão, é algo que o sujeito deve levar para sua vida, uma vez que o contato com esses textos é diário, podendo, dessa forma, tornar-se algo que se sustente em sua vivência extraescolar. Essa concepção dialoga com o conceito de durabilidade (HARGREAVES; FINK, 2007), um dos princípios da liderança sustentável.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora paradoxalmente a *internet* possa também, em algum nível, causar indiretamente a degradação ambiental, em função da fabricação dos aparelhos que a acessam, o jornal eletrônico pode contribuir com a sustentabilidade pois, além de dispensar o uso do papel, é acessível em termos econômicos, e com isso consegue contemplar um universo abrangente de pessoas, que podem usufruir da leitura dos gêneros textuais disponíveis no mundo real, para além dos muros escolares, cabendo ao professor, também provocado, ampliar a emergência de sentidos, problematizando o estilo de dizer do jornalista, a perspectiva pela qual noticia o fato para seus leitores, orientando o aluno a verificar se a escolha do fato e o modo de noticiar permite se perceber a posição ideológica do jornalista

(ou do jornal), verificando os sinais que apontem interesses disfarçados por traz da notícia escolhida ou do modo como é apresentada.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, R. A. R. **Direito do meio ambiente e participação popular**. Brasília: IBAMA, 1994.

ATAÍDE, J. M. A república e o jornalismo: as origens do jornalismo e a busca de um elo com o sistema político republicano. **Cambiassu** (Estudos em comunicação). São Luís, v. IX. n. 1, p. 64-81. 2000.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução do francês por Maria Ermantina Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997a.

_____ **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Tradução do francês por Michel Lahud e Zara F. Vieira. 8ed. São Paulo: Hucitec, 1997b, 1929.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é comunicação**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRONCKART, J. P. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo**. São Paulo: EDUC. 2003.

CLARO, P. B. O; CLARO, D. P; AMÂNCIO, R. Entendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. **R. Adm.**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 289-300, 2008.

DUARTE, J. F. J. **O que é realidade**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FABRE, M. **História da comunicação**. 2. ed. Lisboa: Moraes, 1980.

FERRARI, P. **Jornalismo digital**. São Paulo: Contexto, 2014.

FREIRE, P. – **Abertura do Congresso Brasileiro de Leitura** – Campinas, novembro de 1981.

GADOTTI, M. **O jornal na escola e a formação de leitores**. Brasília: Líber Livro Editora, 2007.

GALLI, F. C. S. Discursos sobre a leitura na contemporaneidade: entre o texto-papel e o texto-tela. **Trabalhos em Linguística Aplicada**. Campinas-SP, n. 51, n.1, p 175-192, 2012.

HARGREAVES, A; FINK, D. (2006). **Liderança sustentável: desenvolvendo gestores da aprendizagem**. Trad. Adriano Moraes Migliavacca. Porto Alegre: Artmed, 2007.

KI-MOON, B. The Sustainable Development Goals Report 2016 (Prefácio). United Nations, New York-USA, 2016.

KLEIMAN, Ângela B. (Org.). **Os significados do letramento:** uma perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

KOCK, I. G. V. **Argumentação e linguagem.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MACHADO-FILHO, H (Org.) **Roteiro para a Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:** implementação e Acompanhamento no nível subnacional (Documento adaptado de Global Taskforce of local and regional Governments por ONUBR). *ONU*, 2016.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita:** atividades de retextualização. 2ed. São Paulo: Cortez. 2001.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO A. R.; BEZERRA, M. A. **Gêneros textuais e ensino.** 5.ed. - Rio de Janeiro: Lucerna, p.19-36, 2007.

MAYOR, F. (Prefácio). **Educação para um futuro sustentável:** uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas. Trad. UNESCO e IBAMA. Brasília. Editora do Ibama, p.06-09, 1999.

MOITA-LOPES. L. P. Linguística aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In: Moita-Lopes (Org). **Por uma linguística aplicada indisciplinar.** São Paulo: Parábola Editorial, p. 85-107, 2016.

NASCIMENTO, E. A. Metáforas da crise: entre o discurso e a hipertextualidade no jornalismo online. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 16, n. 2, maio/ago, p. 329-352, 2016.

NOBLAT, R. **A arte de fazer um jornal diário.** São Paulo: Contexto, 2002.

PRENSKY, M. O papel da tecnologia no ensino e na sala de aula (Trad. Cristina M. Pescador, com autorização do autor). **Conjectura**, v. 15, n. 2, maio/ago, p. 201-204, 2010.

SANTOS, J. S. **Discurso sobre e de professores de língua materna no estado do Tocantins:** modos de posicionamento do e em relação ao discurso oficial. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 2010.

SANTOS, J. S.; GONÇALVES, S. C. P.; ANDRADE, K. S. O efeito sujeito-discente e o efeito sujeito-docente no discurso do DADEB: breve análise discursiva sob a perspectiva da sustentabilidade. **Linguagem em (Dis)curso.** Tubarão-SC, v. 16, n. 2, p. 273-288, 2016.

SILVA, W. R.; SANTOS, J. S; FARAH, B. F. Sustentabilidade e letramento do professor em formação inicial: demandas para atividades de ensino e de pesquisa. In GONÇALVES, A.; BUIN, E.; CONCEIÇÃO, R. I. S. (Orgs). **Ensino de língua portuguesa para a contemporaneidade:** escrita, leitura e formação docente. Campinas-SP: Pontes editores, p. 85-109, 2016.

STREET, B. V. (1995). **Letramentos Sociais:** abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

UNESCO. **Educação para um futuro sustentável:** uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas. /UNESCO. Brasília: Ed. Ibama, 1999.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

SANTOS, J. S; SANTOS, A. S. Leitura Mediada por Gêneros de Jornal Eletrônico e Sustentabilidade: Reflexões Iniciais. **Rev. FSA**, Teresina, v.16, n.3, art. 10, p. 185-210, mai/jun. 2019.

Contribuição dos Autores	J. S. Santos	A. S. Santos
1) concepção e planejamento.	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X